

# **PROCIDADES**

## **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL INTEGRADO DE NOVO HAMBURGO – RS**

**(BR-L1187)**

### **INFORME DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – IGAS**

#### **SUMÁRIO**

- I. Introdução**
- II. Marco Legal e Institucional**
- III. Descrição do Programa**
- IV. Região de Abrangência do Programa**
- V. Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais e Sociais**
- VI. Divulgação e Consulta Pública**
- VII. Gestão Ambiental e Social**
- VIII. Considerações Finais**

## I. INTRODUÇÃO

- 1.1 O objetivo deste informe é o de analisar a viabilidade ambiental e social do Programa de Desenvolvimento Integrado de Novo Hamburgo, em preparação junto à PMNH, no. Esta análise baseia-se nos documentos (i) Relatório de Avaliação Ambiental – RAA, elaborado para cumprir com a política de meio ambiente e salvaguardas do Banco e com a legislação ambiental vigente, (ii) Plano de Reassentamento Involuntário de Famílias e Atividades Econômicas – PRI; (iii) e vários estudos e documentos técnicos produzidos durante a preparação do programa<sup>1</sup>.
- 1.2 O estudo ambiental concentrou-se nos impactos potenciais a serem gerados pelas obras e atividades do componente de infraestrutura e urbanismo e gestão ambiental de parques que se constitui no vetor mais visível do Programa. Todavia, nesta análise ambiental e social, foi necessário completar as informações obtidas naquele estudo com os impactos potenciais que os componentes de incremento ao desenvolvimento econômico local, prevenção a violência e demais ações voltadas ao fortalecimento do município possam gerar, fruto do financiamento deste Programa.
- 1.3 O Programa tem componentes de: requalificação e revitalização urbana, desenvolvimento econômico, prevenção a violência e fortalecimento institucional, visando atender a demandas múltiplas de crescimento e modernização da PMNH.

## II. MARCO E LEGAL INSTITUCIONAL

- 2.1 O Programa foi classificado como de categoria B, de acordo às salvaguardas que aciona a Política de Meio Ambiente e Salvaguardas do Banco (OP-703). A existência de reassentamento de famílias acionou também a OP-710. Dessa forma, destacam-se as salvaguardas ambientais e sociais aplicáveis ao programa apontadas a seguir:
- 2.2 Políticas Operacionais e Salvaguardas – Foram acionadas as salvaguardas B-01, B-05, B-06, B-08, identificadas como segue:

---

<sup>1</sup> a) Plano de Manejo do Parque Municipal Henrique Luís Roessler (conhecido como Parcão); (b) os Estudos Urbanísticos e Ambientais do Arroio Pampa; (c) proposta de Requalificação Urbanística da Bacia do Arroio Pampa, (d) proposta de Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Municipal; (e) os planos estratégicos setoriais (setores produtivos); e (f) Estudo de Revitalização da Área Central (Hamburgo Velho).

### Quadro 1 - Atendimento de Salvaguardas

BID - OPs e Salvaguardas		Atendimento no Programa
OP-710	Elaboração de Programa de Reassentamento Involuntário - PRI	
OP-703	Elaboração de avaliação Ambiental - RAA e consultas públicas	
B-01	Aplicadas as OPs pertinentes – 102, 710, 703.	
B-05	PGAS elaborado com monitoramento de possíveis contaminações	
B-06	RAA e PGAS elaborados e divulgados	
B-08	O Banco forneceu os TdRs para o RAA, PGAS e PRI.	

- 2.3 Além das diretrizes da política nacional de meio ambiente e as resoluções do CONAMA que a ela se associam para a avaliação de impacto ambiental de projetos e obras, aplicam-se também: (i) a legislação federal para o controle e gestão dos recursos hídricos, unidades de conservação e compensação ambiental, previstas nas diversas Resoluções do CONAMA<sup>2</sup> e (ii) legislação estadual específica (Sistema Estadual de Unidades de Conservação) fundamentada no sistema nacional, SNUC.
- 2.4 A seguir apontam-se algumas das leis principais relativas ao tema de planejamento urbano, as quais devem ser consideradas para a elaboração dos estudos e planejamentos.
- Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/01 estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências). O Estatuto da Cidade constitui a base de todo e qualquer projeto, plano ou estudo urbano a ser realizado em território brasileiro. Sua elaboração é um marco no processo de regularização do meio urbano como um todo. Institui fundamentalmente a questão da Função Social da Cidade e do Direito à Cidade. É, portanto, a base que estrutura o presente trabalho e que irá direcionar as ações dos Estudos de Concepção e do Projeto Final.
  - PDUA – Plano Diretor Urbanístico e Ambiental* - Lei Municipal nº 1.216, de 20 de Dezembro de 2004 (Institui o Plano Diretor Urbanístico Ambiental - PDUA do município de Novo Hamburgo e dá outras providências). O Plano Diretor de Novo Hamburgo foi instituído em atendimento às disposições da Constituição Federal Brasileira e do

<sup>2</sup> CONAMA 5/88 – obras de saneamento passíveis de licenciamento específico; CONAMA 377/06 – licenciamento simplificado para unidades de saneamento.

Estatuto da Cidade. A área do arroio Pampa está definida como SM1 - Setor Miscigenado 1: setor com característica de ocupação e uso misto, com atividades compatíveis permitidas. A mesma lei define que o Parque Municipal Henrique Luís Roessler se configura como Área Especial – AE, mais especificamente como Área de Interesse Histórico-Cultural e Paisagístico, o que demanda tratamento diferenciado por projetos especiais. Dentro dessa caracterização formal, o parque passa a fazer parte do processo de planejamento municipal por meio do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo. Ainda relacionado ao PDUA, estão aspectos relativos à estrutura urbana da cidade, macrozoneamento, áreas especiais e estruturação viária.

- c. Resoluções CONAMA N° 303/02 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente; e CONAMA n° 369/06 – Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP.
- 2.5 Desde 2002 o município de Novo Hamburgo é habilitado, segundo a Resolução CONSEMA N ° 021/2002, para a realização do licenciamento ambiental das atividades de impacto local. Entretanto, dada a diversidade de componentes e a abrangência das obras na sub-bacia do Arroio Pampa, o licenciamento ambiental será feito junto ao órgão ambiental estadual Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM). O processo de licenciamento está sendo encaminhado pela subcoordenação Socioambiental da UPP, que conta com especialista para encaminhar os procedimentos necessários.

### **III. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**

- 3.1 Requalificação e Revitalização Urbana – envolve: (i) a requalificação da sub-bacia do arroio Pampa, incluindo obras de infraestrutura viária, pavimentação, drenagem, reassentamento de famílias e instalação de equipamentos urbanos e sociais; (ii) a revitalização da área central da cidade; e (iii) a revitalização do CHHV e consolidação do Parcão.
- 3.2 Para a requalificação da sub-bacia do Arroio Pampa identifica-se a seguir as intervenções propostas:
  - a. Elevação do nível da Av. Alcântara, com o dique de proteção da Av. Dos Municípios até a Rua Odon Cavalcanti. (9,35 m);
  - b. Implantação de infraestrutura viária e pavimentação da Av. Alcântara. (1,9 km); Pavimentação de passeios públicos. (3,8 km)
  - c. Implantação de ciclovia.(2,6 km);
  - d. Implantação de equipamentos e mobiliário urbano (praças, paradas de ônibus, lixeiras, postes de iluminação, bancos e sinalização de trânsito e 2 praças);

- e. Implantação de gabião nas paredes laterais para a regularização do leito do arroio (1,3 km)
  - f. Remoção de 41 imóveis, reassentamento das famílias e regularização fundiária.
- 3.3 O projeto de requalificação da Sub-bacia do Arroio Pampa abrange o leste da cidade de Novo Hamburgo. Está desenvolvido ao longo da Avenida Alcântara, que se estende ao longo do Arroio Pampa, desde a RS 239 até a Avenida dos Municípios, em uma extensão de 5.7km pelo lado direito e 5.5km pelo lado esquerdo da avenida.
- 3.4 O projeto como um todo conta com variados espaços, equipamentos e mobiliários urbanos e destinados ao lazer da população, entre eles: (i) praças, em tamanho variado contendo espaços para esportes, playground, áreas para jogos, áreas verdes e centros comunitários; (ii) ciclovia ligará os dois lados da intervenção com duas possibilidades de conexões com a cidade, pela rua Florença e pela rua Danilo de Oliveira; (iii) parte do Passeio em Deck: em alguns pontos, junto às passarelas, foi previsto estrutura em eucalipto autoclavado, com largura de 2,10m, destinado à circulação e passeio dos pedestres, favorecendo as visuais do local e, por estar em balanço sobre o arroio em alguns trechos, possibilita o aumento de faixas gramadas, ou seja, permeáveis; (iv) passarelas que conectam os dois lados do arroio, possibilitando a integração da comunidade local. (v) estares: em tamanhos diversos, ocorrem ao longo do caminho que envolve o arroio e servem de espaços para descanso e lazer, com bancos e vegetações apropriadas ao conforto dos usuários; (vi) vegetação existente considerada nativa será mantida, buscando o aumento da proteção do arroio e uma reserva no trecho sul, exclusivamente gramada, para futura expansão, em caso de necessidade de aumento da capacidade viária. A Figura 1 a seguir ilustra o trecho em questão.

**Figura 1 - Av. Alcântara - Trecho Sul**



Fonte: PMNH, 2011.

- 3.5 Para o reassentamento de população foi preparado um plano de reassentamento – PRI, com as soluções aplicáveis a cada tipo de ocupação, cumprindo com a política OP-710, que está referido no capítulo V, impactos sociais.
- 3.6 Quanto à regularização fundiária e reestruturação urbana, a PMNH atuará com recursos de contrapartida em duas áreas de baixa renda da cidade, na sub-bacia do arroio Pampa – vilas Kipling e Getulio Vargas.
- 3.7 As intervenções na vila Kipling estão inseridas no projeto PAC II que abrangerá a parte de infra-estrutura, e saneamento, e o programa Minha Casa Minha Vida, para a construção das novas unidades habitacionais e demais melhorias se necessárias. Para intervenções de urbanização e infra-estrutura, estão previstas melhorias e renovação no tratamento de esgotos, coleta pluvial, rede elétrica, pavimentação, iluminação pública e inserção de praças. Essas melhorias irão

atender a 906 famílias que atualmente estão assentadas na área, e destas, 480 receberão unidades habitacionais novas, dentro do programa federal “Minha Casa Minha Vida”.

- 3.8 A vila Getulio Vargas apresenta pouca arborização e topografia pouco acidentada, com um desnível de aproximadamente 2 metros no sentido norte-sul, o que faz da área um terreno alagadiço e susceptível a enchentes. Grande parte das habitações existentes já sofreu alagamentos quando o arroio Pampa transborda, configurando um dos grandes problemas de regularização fundiária e urbanização do local. Nessa área estão previstas melhorias e renovação no tratamento de esgotos, coleta pluvial, rede elétrica, pavimentação e inserção de praças. Estas melhorias irão atender a 430 famílias que atualmente estão assentadas na área, e destas, 165 receberão unidades habitacionais novas. Os recursos para regularização fundiária e urbanística da vila são oriundos do Programa Pró-Moradia
- 3.9 Na região central, eixo econômico dinâmico da cidade, foram propostas ações de revitalização, mobilidade urbana, requalificação do espaço, com novos equipamentos urbanos, para praças e jardins e paisagismo. Incluiu o centro histórico (Hamburgo Velho) a área central, o corredor cultural de ligação entre ambos e o manejo do Parcão. As intervenções propostas são as que seguem.
  - a. Área Central – Melhorias da infraestrutura pública, iluminação, telefonia, energia elétrica, pavimentação, passeios; Paisagismo e Vegetação Urbana: definição dos tipos de elementos vegetais a serem utilizados que sejam adequados à reabilitação da área central; Iluminação externa de monumentos e dos prédios públicos; Troca do mobiliário urbano; Melhoria da sinalização das vias; Comunicação visual institucional e design: identificação dos locais, orientações, apresentação das informações e equipamentos; Disciplinamento do uso da propaganda (letreiros, faixas, cartazes, placas, outdoors), reduzindo os efeitos da poluição visual.
  - b. Hamburgo Velho (CHHV) - Reordenamento da passagem de ônibus e caminhões com a criação de um binário na Rua General Daltro Filho (parte final); Implantação da ligação viária com trilhas e ruas entre o Centro Histórico e o Parque Municipal Henrique Luís Roessler; Reabilitação de logradouros, praças, estacionamentos públicos e serviços que garantam a livre circulação e o acesso ao uso dos espaços públicos; Levantamento físico e histórico para fins de projeto de reciclagem de uso do atual Centro de Especialidades da Secretaria Municipal de Obras e Saneamento – SEMSAS; avaliação de prédios de interesse de preservação nos limites do Centro Histórico de Hamburgo Velho; Alterações no tráfego local, na sinalização e nas ciclovias, dando prioridade ao tráfego de pedestres, na ampliação dos passeios, nos locais de estacionamento e acessos e de acessibilidade para deficientes; Mapeamento das debilidades e potencialidades paisagísticas da área; Implantação de estratégias de

estacionamento e segurança pública; Disciplinamento do uso da propaganda (letreiros, faixas, cartazes, placas, outdoors), reduzindo os efeitos da poluição visual. Exemplos do casario histórico a preservar e incremento de turismo são as casas Schimitt-Presser (Figura 2A) e Scheffel (Figura 2B), que abrigam atividades culturais e museu.

**Figura 2A – Hamburgo Velho**



**Figura 2B – Hamburgo Velho**



- c. Corredor Cultural - O objetivo da intervenção na área é promover a reabilitação da ligação entre os dois centros, a fim de recompor os espaços públicos e estabelecer a vinculação histórica, turística e econômica da cidade, com atividades de: Iluminação externa de prédios públicos ou de maior relevância na paisagem urbana dentro dos limites da área; Requalificação de dois prédios públicos de valor cultural, conforme indicações do PEDEL – Plano de Desenvolvimento Econômico Local; Projeto de espaços de praças considerando elementos existentes a preservar e a retirar ou reformular, inclusive edificações; Implantação de ciclovia; Reabilitação das áreas física dos logradouros, praças e prédios públicos no trajeto estipulado do Corredor Cultural do PDUA, e Rua Júlio de Castilhos. Existem exemplares de edifícios ainda preservados que proporcionam a integração necessária entre esses espaços, como pode ser observado nas Figuras 3A e 3B.

**Figura 3A – Corredor Cultural**



**Figura 3B – Corredor Cultural**



- d. Manejo do Parcão – a inserção do parque no sistema estadual de unidades de conservação garante a manutenção dos ecossistemas naturais locais e regula o uso dessa área de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza e uso para recreação compatível com um parque inserido e cercado por área urbana consolidada. O Plano de Manejo do Parque foi amplamente discutido com a comunidade, num processo de construção e validação participativa. Como resultado, o manejo prevê zonas de uso restrito e recuperação da vegetação nativa e zonas de uso intensivo para lazer e recreação da população, com acompanhamento e atividades de educação ambiental associadas.
- e. Criado em 1990 com a intenção de suprir a falta de áreas verdes e de lazer na cidade, o Parcão tem por objetivo servir como um local de preservação e educação ambiental destinado a população de Novo Hamburgo. Possui uma área de 543.997 m<sup>2</sup> e está localizado no bairro de Hamburgo Velho e uma pequena parte em Canudos e Mauá. É a maior área verde urbana de Novo Hamburgo e conta com infraestrutura de brinquedos infantis, pista para prática de ginástica, área para práticas esportivas, trilhas, vigilância, iluminação noturna, bancos para descanso, sanitários e bebedouros. Além disso, possui um centro de educação ambiental, onde são realizadas atividades junto às escolas do seu entorno.
- f. O manejo proposto incrementa as atividades existentes e as organiza em áreas de uso restrito, extensivo e intensivo, de acordo às características da vegetação natural e fauna existente. Os programas de manejo propostos e aprovados são:

**Quadro 2 – Programas de Manejo Parcão**



- g. Com sua implantação a PMNH espera incrementar a visitação ao parque, proteger as nascentes internas ao Parque, melhorar a segurança com cercamento e horários de funcionamento, propiciar a recuperação da vegetação nativa nas zonas de uso restrito e equilibrar as funções de área verde protegida com a de parque urbano de grande valor cultural para a cidade.

**Figura 4 – Plano de Manejo Zoneamento do Parque**



Fonte de Dados; Plano de Manejo, PMNH, 2010

- 3.10 Desenvolvimento Econômico Local – O objetivo deste componente é dotar a Prefeitura de Novo Hamburgo de estratégias de desenvolvimento econômico a partir das históricas vocações econômicas e de seus diversos recursos humanos, empresariais, institucionais e de infraestrutura do Município ao mesmo tempo em que busca aproveitar as oportunidades de desenvolvimento propiciadas pela por setores emergentes. A fim de atender a este objetivo, o componente está organizado em 3 subcomponentes:
- a. *Subcomponente 1:* Plano de Desenvolvimento Econômico Local (PEDEL) objetiva-se apoiar a Prefeitura de Novo Hamburgo no processo de tomada de decisões nas políticas de desenvolvimento econômico e de apoio à áreas econômicas e produtivas consolidadas e emergentes do Município. Para isso serão financiadas quatro grandes linhas de atividades:
    - i. Implantação do Centro de Inovação e Tecnologia (CIT).
    - ii. Plano estratégico integrado comércio, turismo e serviços.
    - iii. Implementação do Plano de Comunicação e Marketing do DEL
    - iv. Plano do Distrito Industrial (básico, urbanismo, executivo)
  - b. *Subcomponente 2:* Implementação de Planos Estratégicos Setoriais – buscase aqui implementar ações estratégicas e de consolidação de dois planos setoriais já identificados e validados pelo setor privado e pelo Município. Nesse sentido, serão financiados eixos de atividades a fim de assegurar a implementação de dois planos estratégicos setoriais que permitam diversificar o tecido produtivo de Novo Hamburgo com foco em de negócios de alto valor agregado.
    - i. Implementação do PES HV (Pólo de inovação criativa de Hamburger Berg). Serão financiadas ações para revitalizar o bairro de Hamburgo Velho tendo como eixo de ação a indústria criativa com foco em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), cultura local, gastronomia e artesanato, revitalização urbana e dinamização do comércio e dos serviços.
    - ii. Implementação do PES CC (Complexo Coureiro Calçadista). Serão financiados estudos e programas de atração e incentivo de empresas inovadoras no complexo Coureiro-Calçadista, desenvolvimento tecnológico, promoção internacional da marca Novo Hamburgo e revitalização da Feira Nacional do Calçado (FENAC).
  - c. *Subcomponente 3:* Plano de Fortalecimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) - visa fortalecer a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) a fim de dotá-la de inteligência técnica-competitiva para promover a competitividade do Município de Novo Hamburgo. Serão financiadas atividades de reestruturação organizacional, capacitação técnica e de uma estratégia para desenho, implementação e manutenção de um Observatório baseado em um

sistema de construção de indicadores sócio-econômicos e de um plano de monitoramento.

- i. Reestruturação Organizacional SEDETUR e Capacitação Técnica. Serão financiadas atividades e soluções tecnológicas de apoio à reestruturação organizacional, a contratação de consultorias especializadas e cursos de capacitação técnica sob o nova estrutura organizacional.
- ii. Desenho e Implementação do Observatório de Novo Hamburgo: indicadores e monitoramento econômico. Irá financiar a aquisição de soluções tecnológicas e a contratação de consultorias especializadas no desenho e implementação de um núcleo técnico de construção e monitoramento de indicadores socioeconômicos do Município para apoiar as tomadas de decisões em políticas públicas para o desenvolvimento econômico.

3.11 Prevenção à Violência – tem como objetivo desenvolver as ações referentes ao processo de construção da Política Municipal de Segurança Pública de Novo Hamburgo através do fortalecimento institucional do setor.

- a. Linha 1: Fortalecimento Institucional – objetiva (i) Fortalecer a capacidade institucional e organizativa do poder público municipal no que diz respeito às políticas públicas de segurança; (ii) Fortalecer elos e espaços de controle social entre a sociedade e o poder público no tocante as ações relacionadas à segurança pública.
- b. Linha 2: Prevenção do Crime e da Violência – visa (i) Construir políticas públicas de prevenção da violência consubstanciadas em parâmetros científicos; e (ii) Fortalecer o papel da Guarda Municipal como agente de política de segurança cidadã.
- c. Linha 3: Gestão da Informação e do Conhecimento, com o objetivo de contribuir para a gestão do conhecimento por parte de gestores e técnicos no âmbito da segurança cidadã.
- d. Linha 4: Promoção de Direitos e Transparência – que visa a (i) qualificar o atendimento à população garantindo o acesso e o usufruto de direitos e (ii) a elevar os padrões de transparência, presteza e segurança na oferta dos serviços públicos municipais.

3.12 Desenvolvimento Institucional – o componente contempla (i) a implantação do Sistema de Gestão das Informações Territoriais e Institucionais; (ii) a elaboração de estudos, projetos e planos diretores, que servirão como instrumentos de planejamento de diferentes secretarias municipais; e (iii) aquisição de programas e equipamentos de informática.

3.13 O Anexo Único apresenta um mapa com todas as intervenções do Programa, incluindo as de contrapartida da PMNH.

#### IV. REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

- 4.1 A área de abrangência do Programa é a área urbana de Novo Hamburgo. O município está localizado a 40 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, e integra a Região Metropolitana dessa, juntamente com outros 30 municípios, com uma população de cerca de 240 mil habitantes. Possui uma tradição exportadora no setor coureiro-calçadista. Desde o início da década de 70, Novo Hamburgo se destacou na exportação de calçados no país, mas, nos últimos anos, este desempenho vem sendo abalado devido a fatores como políticas governamentais de câmbio e a abertura do mercado às importações. Estas geraram, respectivamente, defasagem nos ganhos dos exportadores e aumento da concorrência do Brasil com países asiáticos, principalmente a China. Assim, desde a década de 90, as vendas externas de calçados brasileiros caíram em volume gerando uma crise de competitividade de sua indústria. Por outro lado, houve um intenso crescimento populacional que ocorreu de forma desorganizada, em consequência do grande contingente de migrantes atraídos pela indústria de calçados e que se estabeleceram de forma irregular em áreas não urbanizadas e sem serviços públicos. Essa ocupação ocorreu principalmente no centro da cidade e nas proximidades do arroio Pampa. Tal condição de cidade com características industriais, produtivas e de serviços, resultou em problemas ambientais hoje verificados facilmente, como os das margens do arroio Pampa.
- 4.2 A economia do município depende da cadeia de couro e dos calçados. Entretanto, a partir de 2005, foram fechadas mais de 40 fábricas de calçados na região de Novo Hamburgo, em consequência da concorrência chinesa. Atualmente, tem havido uma tendência a diversificar a economia. Hoje a cidade vive um processo de despolarização econômica, ou seja, a fuga das indústrias para o interior do estado com a conseqüente desindustrialização da capital e de Novo Hamburgo; evasão fiscal e desemprego. Atualmente, o município vive uma nova fase de diversificação industrial com uma reestruturação econômica voltada para uma terceirização das estruturas de ocupação e emprego na última década. Complementam a economia municipal um forte setor de serviços e agricultura pouco representativa.
- 4.3 De outra parte, o centro urbano e o Hamburgo Velho apresentam problemas de mobilidade urbana, patrimônio histórico degradado e conexões viárias inadequadas, precisando de ações de ordenamento urbano compatíveis com o Plano Diretor Urbanístico e Ambiental - PDUA, aprovado desde 2004. Em localização privilegiada, encravado no tecido urbano ao lado do centro histórico, encontra-se o último lote colonial com vegetação preservada que constitui o Parque Municipal Henrique Luís Roessler - Parcão, configurando-se em uma área de lazer e recreação monitorada, a ser recuperada para uso da população local.

- 4.4 Novo Hamburgo possui saneamento básico e o abastecimento de água cobre a maior parte da cidade e ainda abastece algumas cidades vizinhas. Quanto ao esgoto pluvial, as redes estão bem dimensionadas e distribuídas, atingindo a maioria da população. Possui um excelente lençol freático, o que viabiliza o abastecimento de água de qualidade em qualquer ponto, e está situada em ponto privilegiado do Vale do Rio dos Sinos. Igualmente os setores de saúde e educação apresentam boa cobertura: o sistema de saúde está em processo final de municipalização e o índice de analfabetismo no município é próximo de zero.

## **V. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS**

### **A. Impactos Ambientais**

- 5.1 Os impactos e benefícios identificados pelo estudo ambiental e social (RAA) estão apontados a seguir, por fase do empreendimento.
- 5.2 *Fase de Planejamento* – (i) Demandas para licitações e contratações de projetos de engenharia, obras e outros serviços, (ii) Mobilização inicial de equipe de pesquisa, (iii) Divulgação do Programa, Geração de expectativa da comunidade.
- 5.3 *Fase de Implantação* – (i) geração de empregos diretos e indiretos; (ii) relocação de população e atividades econômicas; (iii) desativação de atividades econômicas localizadas na área diretamente afetada; (iv) erosão decorrente de movimento de terra; (v) aumento do risco de contaminação de solo por combustíveis e lubrificantes; (vi) assoreamento dos cursos de água; (vii) alteração da qualidade da água; (viii) redução da cobertura vegetal; (ix) aumento dos resíduos da construção civil; (x) aumento do volume de tráfego, pressionando o sistema viário e o risco de acidentes; (xi) modificações temporárias no tráfego local, desvios e cortes de vias; (xii) interferência com redes de utilidades públicas; (xiii) aumento da poluição sonora, hídrica e das emissões atmosféricas; (iv) afugentamento da flora e comprometimento da fauna.
- 5.4 *Fase de operação* – (i) recuperação e proteção das margens do arroio Pampa; (ii) diminuição da quantidade de resíduos no arroio Pampa; (iii) aumento de áreas impermeabilizadas; (iv) melhoria paisagística da cidade; (v) recuperação do Parcão; (vi) aumento do número de visitantes do Parcão; (vii) melhoria de circulação do tráfego, acessibilidade e mobilidade; (viii) redução no número de acidentes; (ix) aumento de benefícios econômicos vinculados a diminuição de tempo de viagens; (x) melhoria no padrão de acessibilidade das atividades econômicas; (xi) melhorias no Centro Histórico com aumento do potencial de turismo municipal; (xii) redução dos casos de violência urbana e vandalismo; (xiii) aumento da atratividade para produção industrial fruto das ações do plano PEDEL; (ix) alteração nos valores imobiliários.

- 5.5 Algumas das ações do Programa são geradoras de impactos negativos por natureza, como as obras de construção de drenagem e pavimentação da requalificação e reurbanização da Av. Alcântara na sub-bacia do Arroio Pampa e a conseqüente remoção de 41 imóveis e afetação parcial de outros 113. Outras gerarão basicamente impactos positivos, como (i) a implantação do manejo do Parcão, hoje fragilmente administrado e com poucos recursos disponíveis para sua gestão, (ii) os programas de prevenção à violência e de desenvolvimento econômico.
- 5.6 A peculiar situação do Parque Henrique Luís Roessler, em meio a uma matriz urbana, impõe desafios à sua conservação. Entre estas, podem-se citar: as barreiras à migração da fauna e dispersão de propágulos de plantas; isolamento de populações; invasão de espécies exóticas e domésticas, vegetais e animais; poluição hídrica, sonora e atmosférica; excesso de trilhas; depósito de lixo e ocorrência ocasional de fogo. De outra parte, a remoção involuntária de famílias e negócios é um impacto negativo associado à obra de grande importância para a melhoria da qualidade da área afetada, organizando a Av. Alcântara, com a recuperação da área de preservação permanente do arroio, liberando-a de construções irregulares, implantando faixa de ciclovia, parque linear e áreas de convivência para toda a região.
- 5.7 No intuito de mitigar e/ou compensar os impactos identificados, foram produzidos dois documentos na fase de preparação do Programa: o Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS; e o Programa de Reassentamento Involuntário – PRI que apresenta soluções de relocação às famílias e negócios afetados comentados a seguir.

## **B. Impactos Sociais**

- 5.8 O impacto social de importância no programa é a reassentamento involuntário de famílias e negócios que ocupam 41 imóveis em área de preservação permanente da Av. Alcântara, na margem do Arroio Pampa, trecho sul. Para identificar a população alvo e propor as soluções pertinentes, de acordo à política OP-710, foi elaborado um Programa de Reassentamento Involuntário – PRI, revisado pelo Banco. No PRI também foram identificados os imóveis que sofrerão afetação parcial de benfeitorias (113 imóveis), como muros e cercas, que devem igualmente ser atendidos por solução apresentada naquele programa.
- 5.9 A população alvo identificada está composta predominantemente por famílias proprietárias dos imóveis, seja com documentação registrada, seja com documentos de posse (64%). O restante paga aluguel ou ocupa imóveis cedidos. São 36 famílias e 5 atividades econômicas a relocar.
- 5.10 As alternativas de solução aplicável foram propostas considerando-se os prazos mais adequados e menores para a viabilização das soluções. Atualmente, o município de Novo Hamburgo não dispõe de unidades habitacionais disponíveis

para receber as famílias que necessitarão ser removidas. Em vista disso e do tempo necessário à produção de unidades habitacionais para esta finalidade foram propostas soluções voltadas à reposição de valores de imóveis através de indenizações e oferecimento de bônus-moradia para aquisição de imóveis no mercado (troca de casa por casa), associadas a outros instrumentos como aluguel social para assegurar os direitos de todos os envolvidos. O quadro de soluções do PRI está exposto a seguir.

- 5.11 Haverá igualmente impactos sociais positivos derivados dos projetos de regularização fundiária que serão financiados como contrapartida no Programa e se referem a duas vilas de baixa renda em área lindeiras ao arroio Pampa: vila Kipling e vila Getulio Vargas.
- 5.12 As intervenções na vila Kipling estão inseridas no projeto PAC II que abrangerá a parte de infra-estrutura, e saneamento, e o programa Minha Casa Minha Vida, para a construção das novas unidades habitacionais e demais melhorias se necessárias. Para intervenções de urbanização e infra-estrutura, estão previstas melhorias e renovação no tratamento de esgotos, coleta pluvial, rede elétrica, pavimentação, iluminação pública e inserção de praças. Essas melhorias irão atender a 906 famílias que atualmente estão assentadas na área, e destas, 480 receberão unidades habitacionais novas, dentro do programa federal “Minha Casa Minha Vida”.
- 5.13 A vila Getulio Vargas apresenta pouca arborização e topografia pouco acidentada, com um desnível de aproximadamente 2 metros no sentido nortesul, o que faz da área um terreno alagadiço e susceptível a enchentes. Grande parte das habitações existentes já sofreu alagamentos quando o arroio Pampa transborda, configurando um dos grandes problemas de regularização fundiária e urbanização do local. Nessa área estão previstas melhorias e renovação no tratamento de esgotos, coleta pluvial, rede elétrica, pavimentação e inserção de praças. Estas melhorias irão atender a 430 famílias que atualmente estão assentadas na área, e destas, 165 receberão unidades habitacionais novas. Os recursos para regularização fundiária e urbanística da vila são oriundos do Programa Pró-Moradia.

## Quadro 2 – PRI - Soluções aplicáveis<sup>1</sup>

Beneficiário	Solução <sup>1</sup>
<b>Inquilino de imóvel regular ou irregular com uso domiciliar ou misto que necessita remoção<sup>2</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bônus-moradia para aquisição de imóvel residencial</li> <li>• Caso não opte pelo bônus-moradia, será oferecido aluguel social pelo período de 24 meses em imóvel com características similares ao atual</li> </ul>
<b>Proprietário não residente de imóvel locado (locador) que necessita remoção do imóvel</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indenização com permuta por outro imóvel ou em dinheiro pelo valor de reposição do imóvel (terreno, se for imóvel regular, e benfeitorias)</li> <li>• Oferecimento de bônus-moradia para aquisição de imóvel caso valor da indenização seja menor que o valor do bônus-moradia</li> </ul>
<b>Proprietário residente em imóvel regular de uso exclusivamente domiciliar ou misto (domiciliar e comercial) que necessita remoção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indenização com permuta por outro imóvel ou em dinheiro pelo valor de reposição do imóvel (terreno e benfeitorias) ou</li> <li>• Oferecimento de bônus-moradia para aquisição de imóvel caso valor da indenização seja menor que o valor do bônus-moradia</li> <li>• Para os imóveis de uso também comercial, custeio de ações de apoio à reinstalação até o valor de R\$ 15.000,00</li> </ul>
<b>Proprietário de imóvel regular de uso exclusivamente comercial que necessita remoção<sup>3</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indenização com permuta por outro imóvel ou em dinheiro pelo valor de reposição do imóvel (terreno e benfeitorias) ou</li> <li>• Oferecimento de bônus no valor do bônus-moradia para aquisição de imóvel caso valor da indenização seja menor que o valor do bônus-moradia</li> <li>• Reposição de valor de benfeitorias até R\$ 15.000,00</li> <li>• Caso não opte pelo bônus-moradia, será oferecido aluguel social pelo período equivalente ao valor do bônus-moradia</li> <li>• Ações de apoio financeiro e gerencial à reinstalação do empreendimento até o valor de R\$ 20.000,00</li> </ul>
<b>Posseiros e ocupantes de imóvel irregular com uso domiciliar exclusivamente ou misto (domiciliar e comercial) que necessita remoção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bônus-moradia para aquisição de imóvel no mercado</li> <li>• Reposição de valor de benfeitorias até R\$ 15.000,00</li> <li>• Caso não opte pelo bônus-moradia, será oferecido aluguel social pelo período equivalente ao coberto pelo valor do bônus-moradia</li> <li>• Para os imóveis de uso também comercial, custeio de ações de apoio à reinstalação até o valor de R\$ 15.000,00</li> </ul>
<b>Posseiros e ocupantes de imóvel irregular com uso comercial exclusivamente que necessita remoção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bônus no valor do bônus-moradia para aquisição de imóvel no mercado</li> <li>• Reposição de valor de benfeitorias até R\$ 15.000,00</li> <li>• Caso não opte pelo bônus-moradia, será oferecido aluguel social pelo período equivalente ao valor do bônus-moradia</li> <li>• Ações de apoio financeiro e gerencial à reinstalação do empreendimento até o valor de R\$ 20.000,00</li> </ul>
<b>Proprietários de imóveis regulares que não necessitarão ser transferidos, mas que terão parte de sua área e benfeitorias afetadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indenização em dinheiro pelo valor de reposição do terreno que tiver que ser utilizado pelas obras</li> <li>• Custeio da recomposição de benfeitorias (cercas, muros, acessos, etc.)</li> </ul>
<b>Posseiros e ocupantes de imóveis irregulares que não necessitarão ser transferidos, mas que terão parte de sua área e benfeitorias afetadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custeio da recomposição de benfeitorias (cercas, muros, acessos, etc.)</li> </ul>

<sup>1</sup> Para todas as soluções é considerada a assessoria jurídica com vistas à regularização da condição de propriedade e assessoria técnica às soluções de reforma ou construção de edificações nas áreas remanescentes dos imóveis afetados.

<sup>2</sup> Não foi identificado inquilino de imóvel comercial que necessitasse remoção.

<sup>3</sup> A categoria de proprietário de imóvel regular de uso exclusivamente comercial que necessita remoção não foi identificada no público cadastrado. Contudo, é prevista solução para esta categoria, pois podem existir imóveis que possam ser regularizados entre os que foram computados como irregulares.

## VI. DIVULGAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA

- 6.1 O Banco apoiou a UPP com instruções para a preparação do processo de divulgação de informações de acordo à OP-102 e OP-703 e elaborou exemplo de instruções para esse processo, conforme abaixo.
- a. Abrangência das consultas: de acordo com as políticas do Banco deve ser garantida e comprovada a ampla participação das comunidades afetadas pelos projetos. Isso significa que será necessário proporcionar oportunidades de reuniões com a participação de residentes do Município, ONGs e outras organizações da sociedade civil, para discutir as propostas dos projetos e os estudos ambientais elaborados como parte dos estudos de viabilidade. Ressalta-se que tais consultas deverão ocorrer *independentemente de exigência ou não de audiência pública pelo órgão de meio ambiente, no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental*. Do mesmo modo, serão necessárias reuniões específicas com grupos afetados, de acordo com as políticas do Banco, no caso de projetos que envolvam reassentamento involuntário de população.
  - b. Organização: o processo de consulta poderá ser facilitado por meio das estruturas da PM de Colatina, através da unidade de preparação do Programa. Para tanto, os responsáveis pela preparação do documento de avaliação ambiental e a UPP podem apresentar um plano de trabalho para levar adiante estas consultas.
  - c. Registro das reuniões: para as consultas públicas ou reuniões com grupos específicos deverão ser registrados os nomes e origem dos participantes, assinatura dos mesmos, e produzir atas completas com o registro das intervenções, questões e recomendações levantadas, respostas apresentadas durante a reunião, e compromissos de como se pretende resolver os pontos ou problemas levantados. Poderão também ser utilizadas as instruções definidas na legislação brasileira para realização de audiências públicas no âmbito do processo de EIA e RIMA e licenciamento ambiental.
  - d. Cronograma: para cumprir com as políticas e exigências do BID, as seguintes etapas deverão estar realizadas nos períodos indicados: Com um mínimo de 07 dias antes da Missão de Análise da operação, realizar as reuniões com as comunidades envolvidas no Programa. Os anúncios para as reuniões deverão indicar a disponibilidade imediata dos documentos objeto da consulta (no caso o RAA e a descrição dos projetos e intervenções previstas) e ser publicados em jornais de circulação local, além do possível uso de rádio ou outro meio de comunicação, de maneira a permitir seu registro e comprovação de datas. Este ponto é particularmente importante para o BID, visto que as políticas do Banco e

do Diretório são estritas quanto aos prazos mínimos de divulgação a cumprir antes da aprovação do empréstimo; (ii) antes da data da Missão de Análise do Programa deverá ser enviada ao Banco a comprovação da realização das reuniões com o envio das listas de presença e das atas (transcrições ou gravações) de todas as reuniões realizadas, assim como de como as principais questões levantadas foram tratadas na revisão final do RAA e dos projetos.

e. Passos a cumprir no processo de divulgação e consulta:

- Publicar, em jornal de grande circulação e a través de outros meios de comunicação não escrita disponíveis na comunidade, um aviso de que se encontra à disposição do público interessado, para consulta, o Relatório de Avaliação Ambiental – RAA do Programa (local físico e página da internet). Nessa publicação será definida data, local e horário da reunião de discussão final do processo de consulta pública; O prazo entre a publicação e a realização da consulta não pode ser inferior a 07 dias úteis;
- Ter cópia do documento ambiental disponível, como citado acima, para as consultas, com acesso fácil aos interessados;
- Preparar material audiovisual para a reunião pública, em linguagem não técnica de fácil compreensão ao público não técnico;
- Preparar uma ata de reunião e resumo das principais questões apontadas, assegurando sua inclusão no RAA, quando pertinente, além de registro fotográfico e de vídeo, da presença do público na consulta;
- Reunir esses registros, além de cópia das publicações, para envio ao Banco;
- Na reunião, um representante da UPP/PM de Colatina e seus consultores farão uma breve exposição do Programa, seguida de um resumo do estudo ambiental, a cargo de seus autores. As questões e dúvidas que surgirem deverão ser esclarecidas e eventuais sugestões serão incorporadas ao estudo ambiental.
- Modelo sugerido de publicação e convite para a reunião pública do RAA:

“A PM de Novo Hamburgo, através da UPP do Programa XX comunica a todos os interessados que está disponível para consulta e manifestação o Relatório de Avaliação Ambiental do Programa no escritório XXX, na página web [www.xxx.com.br](http://www.xxx.com.br) até o dia xx/ww/2011. A Prefeitura e a UPP do Programa convidam todos os interessados para a reunião pública de discussão do Programa a ser realizada dia X, hora X, local X.

Sua presença é bem-vinda!”

6.2 Foram realizadas várias reuniões sobre o plano de manejo do Parcão, previstas na legislação estadual para a discussão de Unidades de Conservação em 2010.

Os resultados dessas discussões foram incorporados no desenho do Plano de Manejo final.

- 6.3 A finalização do processo de consulta e divulgação ocorreu dia 01/07/2011, com reunião aberta a toda a população para discussão do RAA. Ata da reunião, lista de presença e registro da mesma foram enviados ao Banco.
- 6.4 O quadro a seguir apresenta as datas e temas das reuniões realizadas.

<b>Data</b>	<b>Tema</b>
30.09.10	Audiência Pública Revitalização e Reurbanização sub-bacia Arroio Pampa
07.10.10	Reunião Revitalização Hamburgo Velho
14.10.10	Reunião Reurbanização do Centro
26.10.10	Reunião Revitalização e reurbanização sub-bacia Arroio Pampa
09.11.10	Audiência Pública Revitalização e Reurbanização sub-bacia Arroio Pampa
01.07.11	Reunião discussão Relatório de Avaliação Ambiental - RAA

## **VII. GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL**

### **A. Responsabilidades e Atribuições**

- 7.1 O órgão executor do Programa será a UPP transformada, por Decreto Municipal, em Unidade de Gestão do Programa – UGP. Gerenciar os aspectos socioambientais do programa será responsabilidade do especialista ambiental e social designado para compor a equipe da UGP, de acordo aos Termos de Referencia do estudo ambiental (RAA) e do plano de gestão, (PGAS), definidos pelo Banco. Esse especialista atuará em conjunto com as autoridades administrativas constituídas, como o gestor do Parque e a SEMAM.
- 7.2 Pela tipologia, os empreendimentos previstos no Programa serão licenciados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) ou pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), e não contam, no momento, com as devidas licenças, que serão providenciadas oportunamente. As Licenças de Instalação ou autorizações de órgão ambientais competentes são condição necessária para início das obras.
- 7.3 O gerenciamento socioambiental do Programa será feito por meio da UGP a qual será responsável pela administração do mesmo, respondendo à PMNH, ao Banco e demais organizações públicas ou privadas que participam da execução do mesmo.

- 7.4 A UGP, através da subcoordenadoria socioambiental, será responsável pelo licenciamento ambiental do Programa, a coordenação da implantação dos programas contidos no PGAS e o cumprimento das normas e diretrizes do programa de controle ambiental de obras. Esse controle será exercido por especialista ambiental da UGP e por supervisor ambiental de obras contratado pela Supervisora de Obras.

## **B. Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS**

- 7.5 O PGAS desenvolvido para o Programa de Novo Hamburgo está organizado em xxx programas, descritos a seguir.
- 7.6 Sistema de Gestão Ambiental SGA – esse programa tem 3 enfoques: a gestão ambiental das intervenções previstas; a gestão da implantação das etapas de reassentamento do PRI; e a gestão das ações do componente de Prevenção a Violência, especificamente as ações de segurança pública. Será desenvolvido com base nos Termos de Referência apresentados no PGAS para a UGP. O sistema visa proporcionar uma ferramenta de supervisão e controle dessas atividades específicas, monitorando e acompanhando os passos de execução, os avanços obtidos, custos realizados e previstos.
- 7.7 Programa de Recomposição Paisagística – Como verificado na identificação e avaliação de impactos, para implantação de algumas das obras serão necessárias intervenções que resultarão na remoção de vegetação inclusive de APPs. Para a perda da cobertura da fisionomia vegetal das APPs não há medidas mitigadoras, mas compensatórias. Assim será elaborado projeto visando à arborização e recomposição vegetal da área. O projeto de arborização e recomposição florestal das áreas englobará: recomposição de Áreas de Preservação Permanente, proteção contra erosão, recuperação de áreas degradadas, paisagismo e adensamento de áreas vegetadas. O programa deverá contemplar os seguintes objetivos específicos:
- a. Melhorar o aspecto paisagístico das áreas;
  - b. Aumentar / incorporar áreas preservadas vizinhas, criando conectividade entre
  - c. as áreas preservadas ou destinadas à preservação;
  - d. Conservar e melhorar a qualidade do Meio Ambiente formado;
  - e. Favorecer a conservação da fauna, atraindo e abrigando as aves da região;
  - f. Melhorar a qualidade de vida da população.
  - g. Atender a uma obrigação legal;
  - h. Proteger os corpos d'água que, embora não sejam afetados diretamente pelo empreendimento, compõem um todo a ser preservado.

7.8 Programas de Manejo do Parque Luis Henrique Roessler – O manejo do Parcão está dividido em programas e subprogramas identificados sinteticamente a seguir. Constitui-se em documento elaborado separadamente e validado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e por audiências públicas municipais.

- a. *Programa de Proteção e Fiscalização* – tem como objetivo desenvolver ações de proteção para manutenção do equilíbrio ecológico de forma a minimizar os impactos decorrentes da ação antrópica nas áreas internas do Parque e no seu entorno. Os resultados esperados são a diminuição dos impactos na unidade e entorno; contem 2 subprogramas: Vigilância e Segurança; Fiscalização Participativa e Integrada.
- b. *Programa de Educação Ambiental* – objetiva considerar os princípios e diretrizes para o manejo da visitação e qualidade da experiência do visitante, em ambientes naturais, por meio de referências transversais e abordagem participativa. Prevê as seguintes atividades: (i) estabelecer conjunto simples de indicadores de impacto ambiental; (ii) monitorar as ações de Educação Ambiental observando a qualidade da experiência do visitante, a proteção dos recursos naturais e bens culturais; (iii) estruturar o Centro de Educação Ambiental e espaço multimeios adequado para acolhida do visitante, com salas de áudio-visual, biblioteca, auditório para sessenta pessoas e com infraestrutura interna adaptada para acessibilidade de portadores de necessidades especiais; (iv) Implantar biblioteca com acervo multimídia e equipar auditório no Centro de Educação Ambiental; (v) identificar necessidades para qualificação profissional da comunidade; (vi) estabelecer fluxo de informações sobre ações de Educação Ambiental desenvolvidas em outras unidades de conservação; apoiar o desenvolvimento de rede comunitária do entorno em ações coordenadas.
- c. *Programa de Pesquisa* – tem como objetivos incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia do Parque para promoção do conhecimento da unidade, de forma a proporcionar melhores instrumentos de gestão e proteção dos recursos naturais.
- d. Programa de Manejo - Este Programa tem por objetivo apresentar ações de manejo para proteção dos recursos naturais, registrar e avaliar fenômenos e alterações naturais ou induzidas na unidade. Está focado no monitoramento do lençol freático e análise das águas superficiais, controle de espécies exóticas invasoras e monitoramento e controle da vegetação nativa.
- e. Programa de Gestão – objetiva o cuidado da administração do Parque, com foco em cooperação institucional, administração de recursos, infraestrutura e equipamentos e manutenção em geral.

7.9 Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental – está voltado para a população urbana em geral, para aquela afetada direta e temporariamente pelas

obras e para a população a ser reassentada. Para cada um desses públicos são desenvolvidos conjuntos diferentes de ações. Para a população em geral, a programa se destina a construir uma imagem adequada do programa, explicitar seus benefícios e integrar o empreendedor e a comunidade. Para a população diretamente afetada, são ações de esclarecimento, avisos e canais diretos com o empreendedor para reclamações e atendimento de ocorrências geradas pelas obras. Quanto à população a ser reassentada, o programa visa esclarecer, validar as soluções apresentadas e apoiar o processo desde a saída do local de origem até a integração no local de destino. As ações de Educação Ambiental são destinadas basicamente a transformar a questão ambiental em boas práticas do cotidiano, a fim de que a população que vai receber novas estruturas (praças e parque, ciclovia e envoltória do Arroio Pampa) possa desenvolver uma convivência sustentável e harmoniosa com as mesmas, não gerando resíduos ou praticas inadequadas à conservação e uso das mesmas. Os temas a abordar no programa são: recuperação e/ou proteção das APPs; requalificação e regularização uso e ocupação do solo; melhoria da acessibilidade urbana; proteção ambiental e recuperação do Parcão; melhoria da acessibilidade e mobilidade urbana (Corredor Cultural e Parcão); resgate dos valores históricos, culturais e patrimoniais; valorização dos espaços públicos; promoção da cidadania.

- 7.10 Programa de Controle Ambiental de Obras PCAO – trata-se de um conjunto de ações que une as boas técnicas de engenharia com os cuidados ambientais e de segurança do trabalho, preventivos e que já vem sendo incorporados nas técnicas de construção civil em geral. Consiste na definição de procedimentos e técnicas de construção ambientalmente adequadas para as diversas situações de obra, que contemplem: higiene, saúde e segurança do trabalhador; saneamento dos canteiros de obra; código de conduta ambiental do trabalhador; controle ambiental e recuperação de passivos para áreas de empréstimo e bota-fora; procedimentos de salvamento para patrimônio cultural e arqueológico.
- 7.11 Programa de Reassentamento de Famílias e Atividades Econômicas – PRI – A proposta elaborada para atender a 41 ocupantes, foi preparada de acordo à OP-710. O desenho da proposta de reassentamento contempla como meta maior, garantir a recomposição da qualidade de vida das famílias afetadas pelo empreendimento, tanto no aspecto físico da perda de moradia, como em outros aspectos, como a quebra da rede de apoio social e das relações de vizinhança. Para isto, determinados fundamentos orientaram sua elaboração:
- a. Minimizar o número de imóveis a serem desapropriados;
  - b. Garantir a oferta de diferentes opções de atendimento;
  - c. Garantia de melhoria ou manutenção das condições de moradia; Garantia da possibilidade de manutenção da renda. As famílias que tiverem suas atividades produtivas interrompidas ou reduzidas em função da alteração do “*status quo*” existente anterior à obra deverão ser compensadas por

estas perdas, de forma a permitir-lhes que possam reconstruir suas vidas em menor tempo possível;

- d. Garantia da oferta de serviços sociais, como por exemplo: educação, saúde, transporte público, etc.;
- e. Busca permanente da minimização dos impactos sociais e/ou ambientais sobre a população.

### **VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- 8.1 Conforme demonstrado no RAA e demais estudos, as obras e ações contidas no Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo são intervenções de grande repercussão no município, com impactos predominantemente positivos os quais superam em muito os impactos negativos que se verificarão majoritariamente durante sua implantação. A operação do conjunto de obras e atividades será amplamente positiva.
- 8.2 O PDMI é um projeto de ampla transformação urbana e socioambiental, de alcance local e regional, com amplos benefícios diretos à população do município e entorno. As lições aprendidas com programas semelhantes apontam para a necessidade de atenção para: (i) a gestão e manutenção dos equipamentos públicos implantados no Parque Urbano; (ii) a necessidade de otimização da utilização dos equipamentos por meio de ações de educação ambiental voltadas para a população usuária; (iii) a garantia de participação da comunidade afetada nas diversas fases de implantação do programa; (iv) necessidade de instrumentos de monitoramento da área já revitalizada buscando a inibição de novas ocupações irregulares, a preservação das áreas e dos espaços públicos implantados.
- 8.3 Essa deve ser uma das metas de gestão que a PMNH, já fortalecida com recursos de gestão e desenvolvimento institucional, deve perseguir.